

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.393 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 1º DE NOVEMBRO DE 2001

1 Confisco de terra com trabalho escravo passa em segundo turno

PÁGINA 4

2 Missões diplomáticas ficam isentas do pagamento da CPMF

PÁGINA 4

Servidores de universidades vão incorporar gratificações

Por unanimidade, o Plenário acolheu projeto que incorpora definitivamente aos vencimentos dos funcionários das universidades e escolas federais vinculadas ao Ministério da Educação gratificação de desempenho que equivale a 140% do salário básico. O projeto, enviado à sanção presidencial, faz parte de acordo para o retorno dos servidores ao trabalho.

PÁGINA 3



A maioria dos senadores destacou, em Plenário, a rapidez com que o Congresso votou a proposta sobre a gratificação dos servidores das instituições federais de ensino



Álvaro Dias (D), ao lado de Geraldo Althoff, preside reunião da CPI do Futebol

Álvaro: irregularidades na CBF chegam a 2 mil páginas

PÁGINA 6



Marina é autora do projeto que beneficia pacientes que residem em locais sem assistência médica

SUS pode ser obrigado a pagar transporte de paciente

PÁGINA 2



Cabral apresenta seu parecer à comissão do Senado: mudanças são o primeiro passo para dar celeridade à Justiça

Reforma do Judiciário já tem parecer na CCJ

PÁGINA 5

Comissão aprova pagamento de transporte para pacientes do SUS

Projeto da senadora Marina Silva garante também custeio de alimentação e hospedagem do acompanhante nos casos em que se fizer necessário

Por unanimidade, os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovaram em caráter terminativo, na reunião de ontem, projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que estabelece a obrigatoriedade de o Sistema Único de Saúde (SUS) custear as despesas do paciente que necessitar ser atendido em centro de saúde distante de sua residência. A matéria segue agora para análise da Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso para que seja examinada pelo Plenário do Senado.

O projeto, que recebeu relatório favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), define que o SUS pagará não apenas as custas de transporte, mas também de alimentação e hospedagem do paciente e do acompanhante quando este for necessário, como nos casos de crianças, paraplégicos, pacientes em coma ou



A proposta acolhida pela Comissão de Assuntos Sociais determina que o centro médico deverá ser o mais próximo possível da casa do paciente

portadores de deficiência mental.

O Tratamento Fora de Domicílio (TFD) só poderá ser iniciado mediante laudo médico que ateste a necessidade da transferência do paciente por inexistência, insuficiência ou carência de condi-

ções do hospital onde esteja localizado seu domicílio. Outra regra do projeto determina que o centro médico eleito para atender o paciente deverá ser o mais próximo possível de sua casa.

“A inexistência de serviços de

saúde no local onde mora o paciente não pode constituir-se, por razões burocráticas, nas sua sentença de morte. Ative-se de forma cidadã, uniforme, não casuística, o TFD como a única saída possível para os tratamentos de saúde de todos aqueles que vivem nos estados mais longínquos e menos aquinhoados do país”, argumenta a senadora em sua justificativa.

O projeto de Marina Silva já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

CORREÇÃO

O substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC) ao projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que estabelece regras para a reprodução assistida no país foi incluído ontem na pauta da CAS, pela primeira vez, ao contrário do que publicou o *Jornal do Senado* na última segunda-feira.

Produtos de limpeza devem alertar para toxicidade

Os rótulos dos produtos normalmente utilizados para limpeza e desinfecção das residências, como água sanitária, detergente, desinfetante, entre outros, deverão conter, de forma clara, alertas sobre a toxicidade do conteúdo e instruções para o seu uso. Essa é a regra definida em projeto do senador Tião Viana (PT-AC) aprovado na manhã de ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A intenção de Tião Viana, destacada pelo relator, senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), é fazer com que os usuários desses sane-

antes possam identificar, rapidamente, a periculosidade do produto que estejam usando por meio de um símbolo correspondente ao risco que oferece. Esses avisos, prevê o projeto, deverão constar ainda das embalagens externas, etiquetas, bulas e das peças publicitárias dos produtos.

Tião Viana informa, na justificativa, que apenas no ano de 1997, segundo dados da Fundação Oswaldo Cruz, 66 pessoas morreram por intoxicação causada por esse tipo de produto, sendo que outras 11.293 pessoas também foram intoxicadas neste mesmo ano. Ele

disse ainda que a iniciativa está em consonância com o Código de Defesa do Consumidor.

LÂMPADAS

Os senadores aprovaram também relatório favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) a projeto da Câmara que obriga as empresas a fabricarem lâmpadas incandescentes que possam suportar uma variação, para mais, até 10% das tensões nominais das redes de distribuição e com isso ter maior durabilidade. Segundo observou o relator, a medida trará economia para o consumidor e deverá contribuir para evitar o

desperdício de energia. A matéria, que já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, segue agora ao Plenário.

A CAS aprovou ainda requerimentos dos senadores Geraldo Althoff, Sebastião Rocha (PDT-AP) e Heloísa Helena (PT-AL) que solicitam a realização de audiência pública para debater a criação do Serviço Social da Saúde e do Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde, ambos constantes de projeto de lei em tramitação na comissão. Os órgãos funcionariam em moldes similares aos do Sesc e do Senac.

Tebet participa de conferência parlamentar

A convite do deputado Geraldo Magela (PT-DF), presidente do Senado, Ramez Tebet, confirmou na manhã de ontem que participará da abertura da III Assembléia da Conferência Parlamentar das Américas, que será realizada no Rio de Janeiro, no período de 17 a 21 de novembro.

O tema do encontro, segundo o deputado, será “O Parlamento e os caminhos da Alca e da Democracia”. A assembléia contará com representantes de quase 30 países, entre eles presidentes de vários congressos nacionais.

EMBAIXADOR DO IRÃ

Ramez Tebet recebeu ontem o embaixador do Irã no Brasil, Mansour Moazami. Apesar do caráter protocolar do encontro, agendado para que o diplomata cumprimentasse o senador por sua eleição para a Presidência da Casa, o embaixador iraniano aproveitou a oportunidade para conversar com Tebet a respeito das relações bilaterais.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 1º DE NOVEMBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet
Presidente

10h — Recebe os embaixadores Musa Amer Odeh, da Palestina, e Ishaya El-Khoury, do Líbano
11h — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 68/01, denomina Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco — Professor Romero Marques o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 12/01, dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; PLC nº 59/00, altera a Lei nº 9.503/97, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretor de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Adiada votação do Código do Contribuinte

Os senadores aprovaram requerimento do líder do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ), transferindo a votação do projeto que institui o Código de Defesa do Contribuinte para a sessão do dia 5 de dezembro. O líder ponderou que o Senado deve ouvir antes o ministro da Fazenda e o secretário da Receita Federal, os quais já foram convocados a se manifestar sobre o assunto na Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 28 de novembro.

De autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), o código estabelece uma relação de igualdade jurídica do cidadão-contribuinte com o fisco.

Seguro-garantia de imóvel fica para dezembro

A requerimento do senador Edison Lobão (PFL-MA), o Plenário adiou para o dia 13 de dezembro a votação, em turno suplementar, do projeto que cria um seguro-garantia compulsório para as atividades do incorporador e do construtor de imóveis.

De iniciativa de Lobão, o projeto garante, entre outros segurados, aquele que compra imóvel em construção. Já aprovado em Plenário, o texto recebeu quatro emendas quando ia ser votado em turno suplementar.

O projeto define o seguro-garantia como aquele pelo qual a seguradora garante ao segurado o fiel cumprimento da obrigação.

Parente de criança desaparecida poderá ter 15 dias de licença

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou requerimento de urgência para projeto de sua autoria que estabelece um prazo de 15 dias de licença no emprego para que pais ou responsáveis por pessoas desaparecidas possam procurar os familiares. A iniciativa se deu por sugestão do Movimento de Mães da Cnelândia, segundo o senador.

A apresentação do projeto, disse Calheiros, foi motivada pelo grande número de famílias que sofrem com o drama do desaparecimento de crianças. A situação é agravada pelo fantasma do desemprego que atinge essas pessoas enquanto procuram, por conta própria, seus parentes desaparecidos. Calheiros citou o caso de Vera Lúcia Flores, que perdeu sua filha na Chacina de Acari e foi demitida do emprego por ter se ausentado do trabalho para procurá-la.

Aprovada incorporação de benefício por servidores das universidades

Projeto do Executivo resultou do acordo que havia sido feito entre o MEC e funcionários das instituições federais, para que retornassem ao trabalho, depois de quase dois meses de greve

O Plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, projeto que incorpora definitivamente aos salários dos funcionários das universidades e escolas federais vinculadas ao Ministério da Educação uma gratificação de desempenho, que equivale a 140% do salário básico do servidor. Com isso, o valor da gratificação será incluído também nos vencimentos das aposentadorias.

O projeto, enviado à sanção do presidente da República, faz parte do acordo firmado entre o Ministério da Educação e os servidores, para que eles retornassem ao trabalho, depois de quase dois meses de greve. A incorporação exigirá da União no próximo ano recursos adicionais de R\$ 207,9 milhões, que sairão da verba destinada às emendas dos parlamentares ao projeto



Conforme a proposta acolhida ontem pelo Plenário, incorporação de gratificação de desempenho exigirá recursos adicionais de R\$ 207,9 milhões

orçamentário (parte da reserva de contingência), conforme acordo firmado entre líderes políticos.

O governo já vem gastando R\$ 255,6 milhões por ano para pagar a

gratificação aos funcionários das universidades e, com a alteração, essa despesa sobe para R\$ 463,6 milhões, especialmente porque ela é estendida aos inativos. Na mensa-

gem que o presidente da República enviou ao Congresso, os ministros do Planejamento e da Educação afirmam que o acréscimo, por sair da verba das emendas parlamentares, não irá alterar a meta de superávit primário da União no próximo ano.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Pela manhã, o projeto havia recebido parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), apresentado pelo relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR).

O benefício, segundo Jucá, foi acertado após entendimentos entre o governo e as lideranças dos servidores grevistas. O relator explicou que os cargos da carreira técnico-administrativa das instituições vinculadas ao MEC foram reestruturados pela Medida Provisória nº 2.150-30, de 31 de maio de 2001.

Congresso Nacional decidiu sobre a matéria em nove dias

A maioria dos senadores que discursou durante a votação do projeto sobre a gratificação dos servidores das universidades destacou a rapidez com que o Congresso votou a proposta. O relator do projeto, senador Romero Jucá, lembrou que a matéria chegou ao Congresso no último dia 23, recebendo aprovação na Câmara e no Senado em nove dias.

Senadores da oposição, no entanto, criticaram a morosidade

com que o Ministério da Educação tratou a greve dos servidores das universidades.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que, "além de moroso, o ministro da Educação agiu com truculência". Para a senadora, o ministro empurrou todas as universidades para a greve por sua recusa em negociar.

A senadora Marina Silva (PT-SP) afirmou que durante todo o tempo o ministro da Educação ten-

tou desqualificar o movimento e "quis se colocar como paladino dos estudantes das universidades". Ela disse que o ministro Paulo Renato Souza não aplicou na prática o que recomenda o presidente da República "sobre a necessidade da tolerância".

Os senadores Tião Viana (PT-AC), Geraldo Cândido (PT-RJ), Sebastião Rocha (PDT-AP), Emilia Fernandes (PT-RS) e Ademir Andrade (PSB-PA) também fizeram críticas à

política do governo para o ensino superior. Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou o trabalho do governo federal na área do ensino fundamental, mas ressaltou que a União "deixa a desejar em relação às universidades". Carlos Bezerra (PMDB-MT) também lamentou que o governo não esteja dando o apoio necessário às universidades, estendendo sua observação ao tratamento que o Executivo vem dando ao funcionalismo.

Projeto que cria cargos no TRT de Goiás vai à sanção

O Senado aprovou ontem projeto de lei criando 16 cargos em comissão e 157 cargos efetivos no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede em Goiás.

Em seu parecer favorável ao projeto, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) ressaltou que os cargos de confiança não poderão ser preenchidos por parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau de juizes e procuradores em atividade ou



Iris: cargos não poderão ser ocupados por parentes até terceiro grau

aposentados há menos de cinco anos, exceto se já forem integrantes do quadro funcional mediante concurso público.

Iris Rezende examinou, ainda, levantamento do TRT sobre as despesas decorrentes dos novos cargos, demonstrando que serão menores do que as relativas aos servidores requisitados para fazer face ao aumento das demandas judiciais e do crescimento do número de ações ajuizadas em Goiás. O projeto vai à sanção.

Motorista poderá passar por exame psicológico periódico

O Senado vota hoje o projeto oriundo da Câmara que obriga a realização de exame psicológico periódico pelos motoristas profissionais. Na Câmara, o texto foi aprovado no entendimento de que muitas anomalias comportamentais originam-se do próprio exercício da profissão de motorista, não podendo ser detectadas à época de sua primeira habilitação para dirigir.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Ci-



Para Tuma, psicotécnico garante mais segurança nas estradas

dadania, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), entende que a exigência do exame psicológico garante mais segurança nas estradas.

O Plenário discute em segundo turno proposta de emenda à Constituição de iniciativa do senador Antonio

Carlos Valadares (PSB-SE) destinada a tornar o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste permanentes na estrutura jurídica brasileira.



Viana disse que matéria a respeito de seu pronunciamento sobre "Senadores na Mídia" foi censurada

Viana aponta censura a texto sobre seu discurso

O senador Tião Viana (PT-AC) disse ontem em Plenário que houve censura à matéria sobre seu pronunciamento, realizado na sessão de terça-feira, a respeito de alterações no serviço "Senadores na Mídia", produzido pela Secretaria de Comunicação Social do Senado.

Citando informações que teriam sido enviadas a ele por servidores do Senado, Tião Viana disse que o texto produzido pela Agência Senado sobre seu discurso foi censurado, e substituído por um outro, por ordem do diretor da secretaria, Mário Marona.

— Tenho em mãos a matéria original do repórter do Senado e a matéria final editada depois, por ordem do sr. Mário Marona, na qual seu nome é suprimido — disse o senador.

Em aparte ao discurso de Tião Viana, na terça-feira, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) citou o diretor para dizer que Marona o informara sobre melhorias no "Senadores na Mídia". Suplicy pediu aparte porque havia sido citado em artigo na imprensa como autor de reclamação contra o serviço.

Tião Viana disse estranhar o ocorrido e pediu providências ao presidente do Senado, Ramez Tebet, em relação ao episódio. Afirmou ainda que recebeu de servidores denúncias que citavam "atos de nazismo" no ambiente de trabalho.

Tebet assegurou que tomará providências caso se confirme a existência de censura nos veículos de comunicação do Senado. "Mas, pelo que sei, não se trata disso", observou. O presidente passou às mãos de Tião Viana informações sobre o assunto a serem debatidas em reunião entre os dois.

— A censura é algo que não faz parte de uma Casa como esta — ressaltou Ramez Tebet.

Plenário aprova em último turno o confisco de terras

Punição vale para donos de fazendas onde houver trabalho escravo. Proposta de Ademir Andrade será enviada à Câmara dos Deputados

O Plenário do Senado aprovou ontem, em segundo e último turno, por 55 votos a favor e nenhum contra, proposta de emenda constitucional do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que prevê a expropriação de terras onde ficar constatado o trabalho escravo. Os donos das fazendas não serão indenizados e a terra se destinará a programas de reforma agrária, beneficiando preferencialmente quem trabalhava nela.

A emenda será agora examinada pela Câmara dos Deputados, onde terá de ser submetida a duas votações para ser aprovada. O projeto altera o artigo 243 da Constituição — que já estabelece o confisco de fazendas usadas no plantio de maconha e ou-



Ademir: de 1999 até maio último, houve 1.662 casos de trabalho escravo

tras drogas psicotrópicas —, prevendo que os bens encontrados nas terras desapropriadas serão revertidos em favor de programas de combate ao trabalho escravo.

Ademir Andrade informou em discurso que, de 1999 a até maio último, a fiscalização

do Ministério do Trabalho constatou que 1.662 pessoas estavam submetidas a trabalho escravo, quase sempre em fazendas do interior da Amazônia. O estado com o maior número de denúncias é o Pará, seguido de Mato Grosso e Maranhão. O próprio governo, no entanto, acredita que o número deve ser quatro vezes maior, pois nem sempre o trabalho escravo chega ao conhecimento das autoridades.

Ademir lamentou que, após uma denúncia, os fiscais do Ministério do Trabalho demorem de 20 a 30 dias para fiscalizar a fazenda e, nesse tempo, os fazendeiros costumam ser informados e retiram os trabalhadores da área. O ministério chegou a flagrar reincidência de fazendeiros na prática do trabalho escravo. O senador disse que, nas duas condenações pela Justiça desse tipo de exploração do trabalho, em uma delas o proprietário foi obrigado a pagar cestas básicas para os empregados. "Não sou contra o uso de penas alternativas para crimes de menor importância, mas para este caso é um absurdo."

O trabalho escravo pode ser caracterizado quando o fazendeiro busca pessoas em outras regiões, não assina carteira e obriga os trabalhadores a comprarem comida que ele oferece, sempre a preços elevados. Dessa maneira, o trabalhador nunca consegue pagar sua dívida.

Senado muda número de candidatos a deputado

O Senado aprovou ontem projeto estabelecendo que cada partido ou coligação poderá registrar candidatos até o triplo do número de lugares a preencher na Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais.

O texto foi votado nos termos de substitutivo do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) a projeto oriundo da Câmara que havia decidido que os partidos teriam que limitar a 100 o número de candidatos em eleições proporcionais.

Na mesma votação, o Senado

decidiu que os candidatos à Câmara concorrerão com o número do partido acrescido de três algarismos à direita, enquanto os candidatos às assembleias usarão o número do partido com quatro algarismos à direita.

Ficou estabelecido também que, caso as convenções partidárias não indiquem o número máximo de candidatos permitido, a direção do partido poderá preenchê-lo até 60 dias antes da eleição.

Antonio Carlos Júnior justificou seu substitutivo alegando que o Senado já aprovava projeto do



Antonio Carlos Júnior apresentou substitutivo que foi aprovado

senador Sérgio Machado (PMDB-CE) com essas normas, mas os deputados acabaram por anexá-lo ao projeto que limitava o número de candidatos a 100, ficando prejudicada a proposição do senador.

Diplomatas devem ficar isentos da CPMF

O Plenário aprovou projeto que isenta do pagamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) os funcionários estrangeiros de missões diplomáticas. A isenção não se aplicará aos funcionários estrangeiros com residência permanente no Brasil e nem aos consulados

e cônsules honorários.

Enviado ao Congresso pelo Executivo, o projeto será agora enviado à sanção do presidente da República. O governo ponderou em sua justificativa que as imposições tributárias de um Estado não devem alcançar outro Estado soberano ou os representan-

tes que agem em nome dele.

O presidente da República informa ainda que obrigações assumidas pelo governo brasileiro em acordos internacionais impõem essa mudança na lei que instituiu a CPMF. O relator da matéria, com parecer favorável, foi o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

Plenário arquiva requerimentos sobre Eduardo Jorge

O Plenário decidiu arquivar três requerimentos de informações a órgãos do governo sobre fatos relacionados a denúncias publicadas na imprensa contra o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira. Dois deles eram da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). O terceiro tinha sido apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e pela senadora Heloísa Helena (PT-AL).

O requerimento dos senadores do PT solicitava ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, que determinasse ao Banco Central o envio ao Senado de toda a movimentação bancária de Eduardo Jorge, sua esposa Lídice Coelho e de outras pessoas relacionadas ao ex-secretário.

Os requerimentos da CFC, endereçados ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central, também se referiam às denúncias contra o ex-secretário da Presidência Eduardo Jorge.

Jucá critica reportagem sobre Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) criticou reportagem sobre Roraima publicada esta semana pela revista *Época*. Segundo disse, a matéria é ofensiva à sociedade local, por citar uma possível "guerra civil" entre moradores do estado e índios em luta pela demarcação de suas terras. A reportagem, afirmou, é "equivocada, desrespeitosa, preconceituosa, ofensiva, desnecessária e irresponsável".

Jucá disse ainda que a reportagem, sob o título "A última fronteira: a guerra do começo do mundo", ataca as igrejas Católica e evangélicas, os índios, os comandos militares e a sociedade de Roraima.

Tuma visita a unidade do Incor no HFA

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) comunicou ontem ter visitado o Hospital das Forças Armadas, em Brasília, onde está sendo construída unidade do Instituto do Coração (Incor), que atenderá a comunidade e os parlamentares com problemas cardíacos. O senador disse que a unidade terá 53 leitos e as obras estão bastante adiantadas. Tuma convidou o presidente do Senado, Ramez Tebet, a visitar o hospital.

CCJ recebe parecer sobre a reforma do Judiciário

Relator diz que mudança em exame é primeiro passo para dar celeridade às decisões da Justiça. Emendas poderão ser apresentadas até dia 14

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) entregou ontem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o seu parecer, com 309 páginas, sobre a proposta de reforma do Judiciário. As emendas ao parecer poderão ser apresentadas até o dia 14 de novembro, conforme sugestão do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), acolhida pela comissão.

Vários senadores que integram a CCJ elogiaram o trabalho do seu presidente, que atuou como relator da matéria, ouvindo os diversos segmentos da comunidade jurídica do país. O senador Pedro Piva (PSDB-SP) classificou o relatório de Bernardo Cabral sobre a reforma do Judiciário como "um trabalho independente e corajoso", que levou em conta sugestões dos variados setores. Para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), o parecer de Bernardo Cabral pode gerar discordâncias, porque entra no mundo dos con-



Bernardo Cabral, também presidente da comissão, propõe, entre outras medidas, ampliação da súmula vinculante e proibição de nepotismo

ceitos e das idéias. Mas certamente, segundo afirmou, não causará insatisfações, já que todos foram ouvidos e considerados. Na mesma linha, o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) parabenizou o relator pelo trabalho.

Bernardo Cabral acha difícil que o Senado vote a reforma do Judiciário ainda este ano, mas ele espera que a matéria seja apreciada nos primeiros meses de 2002. Segundo o senador, a reforma é apenas um primeiro passo que se está dando para tornar mais ágil a Justiça no Brasil. A agilidade, con-

tudo, para Cabral, somente virá após modificações na legislação infraconstitucional, com alteração, por exemplo, dos códigos de processo.

O parecer de sua autoria estende a súmula vinculante — a ser observada pelas instâncias inferiores — também para decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Superior Tribunal de Justiça (STJ), além do Supremo Tribunal Federal (STF). O senador propõe novas regras para o pagamento de precatórios, bem como proibição do nepotismo. "Parentes de magistrados somente poderão entrar no Judiciário mediante concurso público", afirma ele.

Cabral propõe novos critérios para escolha do procurador-geral da República. Conforme o parecer, a indicação será feita pelo presidente da República, a partir de lista tríplice, sendo permitida a recondução uma única vez.

Indicação de Luiz Fux para ministro do STJ é aprovada

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou por unanimidade ontem relatório do senador Pedro Piva (PSDB-SP) favorável à indicação do desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Luiz Fux, para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O parecer segue para apreciação do Plenário.

O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), manifestou a alegria de ver o desembargador indicado para o cargo, tendo em vista sua carreira de 19 anos na magistratura, além do seu trabalho de docência e os livros que já publicou. "O indicado vai enriquecer o STJ", disse Cabral.

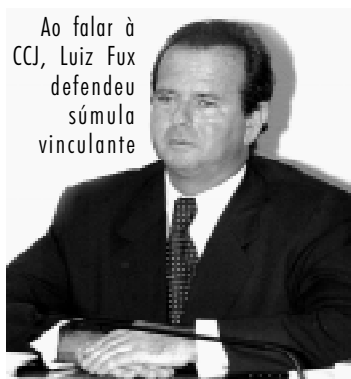
Como relator, Piva destacou o currículo de Fux e concluiu que o candidato demonstrou, em toda sua atuação, independência e isenção para fazer pre-

valecer o Direito.

Em sua exposição aos senadores da comissão, Luiz Fux fez considerações sobre o acesso à Justiça, que, na sua opinião, deve oferecer respostas "justas, tempestivas e exequíveis" a quem demanda seus serviços. Por outro lado, disse, o Judiciário tem a imagem de não prestar serviços adequados, de ter altos custos e de ser moroso. Nesse sentido, o desembargador destacou que a adoção da súmula vinculante pode inibir recursos meramente protelatórios.

Como representante do Rio de Janeiro, o senador Artur da Távola (PSDB) registrou que o desembargador goza de "respeito notável, não apenas por seu trabalho como magistrado, mas como professor".

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), que é presidente da Comis-



Ao falar à CCJ, Luiz Fux defendeu súmula vinculante

são de Assuntos Sociais (CAS), solicitou e recebeu autorização do desembargador para que seja apresentada proposta baseada na tese defendida por Fux sobre a tutela antecipada dos planos de saúde.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse que a missão de Fux no STJ, pelo fato de o indicado ter apenas 47 anos, será longa, e lembrou que ele ingressa em um tribunal superior num momento delicado para o Poder Judiciário, que deve passar em breve por uma reforma, em discussão na CCJ.

Belo Horizonte e Curitiba poderão ganhar TRF

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), acertou ontem com os integrantes do colegiado a abertura de entendimentos com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) que permitam a criação de mais dois Tribunais Regionais Federais, que devem ser instalados nos estados de Minas Gerais e do Paraná, aproveitando integralmente iniciativa do senador Arlindo Porto (PTB-MG).

Arlindo é o autor de emenda constitucional nesse sentido, que chegou a ser aprovada ontem pela CCJ, com base em parecer favorável do relator, senador Osmar Dias (PDT-PR). Cabral não quis interferir na votação, mas após aprovação da matéria, explicou que ela feria o artigo 96 da Constituição, que considera privativo do Superior Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e tribunais de Justiça a iniciativa de propor ao Legislativo a criação ou extinção de tribunais inferiores.

Diante disso, propôs a abertura de entendimentos com o STJ, para que este tome a iniciativa de encaminhar ao Congresso proposta criando os dois Tribu-

nais Regionais Federais da 6ª e 7ª Regiões, em Belo Horizonte e em Curitiba.

Atualmente, os processos destinados a Tribunal Regional Federal oriundos de Belo Horizonte são julgados no TRF com sede em Brasília, onde há um acúmulo de 235 mil ações. Os oriundos de Curitiba, no tribunal sediado em Porto Alegre.

Durante a reunião, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) propôs que seja criado também um Tribunal Regional Federal para atender ao Norte do país, e que poderia ter sua sede em Manaus ou em Porto Velho.

Os senadores da CCJ aprovaram também parecer da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) favorável a projeto de lei da Câmara do Deputados que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a doar imóvel de sua propriedade, em Fortaleza, para o governo do Ceará. Segundo a proposta, devem ser instalados no terreno serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Secretaria de Trabalho e Ação Social. No local, deve ser implantada ainda a Escola de Saúde Pública do Ceará.

Acúmulo de cargos na área de saúde tem parecer favorável

Proposta de emenda à Constituição, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que estende para todos os servidores de profissões regulamentadas da área de saúde o direito de acumular dois empregos no serviço público recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ). Esse direito já é assegurado aos médicos.

Conforme o parecer sobre a matéria, do senador Osmar Dias (PDT-PR), a medida retifica uma injustiça em relação aos profissionais da saúde, devendo beneficiar enfermeiros, psicólogos, odontólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, biólogos, bioquímicos, farmacêuticos, veterinários, engenheiros sanitários, nutricionistas e outros.

Mesmo permitindo o acúmulo de dois empregos no setor público para os profissionais da área de saúde, cujas profissões este-

jam regulamentadas no Ministério do Trabalho, o relator explicou que esse acúmulo somente será possível por meio de concurso público. O projeto, desse modo, não poderá servir para acomodar situações de acúmulo irregular de cargos no setor público, segundo explicou.

Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Leomar Quintanilha (PFL-TO), Romero Jucá (PSDB-RR) e Sebastião Rocha (PDT-AP) fizeram questão de manifestar apoio à medida.

Já os senadores Francelino Pereira (PFL-MG) e Roberto Freire (PPS-PE) assumiram posição contrária à emenda, que tramitou na Câmara dos Deputados por sete anos e foi aprovada 15 dias após dar entrada na CCJ, como lembrou o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da comissão.

Comissão tem documentos que comprometem a CBF

Segundo Álvaro Dias, presidente da comissão, duas mil páginas apontam irregularidades na Confederação Brasileira de Futebol

A CPI do Futebol já recolheu mais de duas mil páginas de documentos que apontam irregularidades na administração da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A informação é do presidente da comissão, senador Álvaro Dias (PDT-PR). O presidente licenciado da CBF, Ricardo Teixeira, convocado para depor, não compareceu, alegando problemas de saúde. Em seu lugar, deve comparecer o responsável pelo setor financeiro da entidade, Oswaldo Ferreira. O depoimento está marcado para o dia 8, às 10h, e encerrará o fim das audiências públicas da comissão, que votará o relatório final em 5 de dezembro.

Para Álvaro Dias, o depoimento do presidente licenciado da CBF seria de "vital importância para a comissão", pois existem denúncias sobre movimentação de recursos da entidade em paraísos fiscais e de enriquecimento ilícito de Ricardo Teixeira, conforme mostram documentos bancários. Álvaro



Álvaro Dias (D), ao lado do relator Geraldo Althoff, lamentou a ausência de Ricardo Teixeira, presidente da CBF, que deporá sobre as denúncias

vario Dias, que acolheu o atestado médico, aconselhou Ricardo Teixeira a renunciar ao cargo.

— Com essa decisão, ele estaria beneficiando a saúde do futebol brasileiro — disse Álvaro Dias, para quem a direção da CBF está desacreditada perante a opinião pública e não tem condições de continuar dirigindo o futebol brasileiro.

As colocações do presidente da CPI foram chamadas de tendenciosas pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Segundo disse, "a condenação sumária de Ricardo Teixeira", antes da apresentação

do relatório final, "colocaria em risco a seriedade do trabalho da CPI". Álvaro Dias retrucou e disse que as acusações contra a CBF e Ricardo Teixeira são graves e deverão ser aprofundadas pelo Ministério Público, caso o relatório venha a ser aprovado.

Senadores presentes à reunião, a exemplo de Gilvam Borges, Gerson Camata (PMDB-ES) e Maguito Vilela (PMDB-GO), defenderam o fim das audiências públicas sob a alegação de que a CPI já possui todas as informações necessárias para a apresentação do relatório final.

CPI do Roubo de Cargas convocará o lobista Alexandre Paes dos Santos

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas aprovou ontem requerimento de convocação do lobista Alexandre Paes dos Santos, proprietário da empresa APS Consultoria, e de Hugo Braga, ex-assessor parlamentar do Ministério da Fazenda. Também foi aprovada a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal dos dois.

Os requerimentos foram apresentados pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ) e pelos deputados Robson Tuma (PFL-SP), Walter Pinheiro (PT-BA) e Nelson Pellegrino (PT-BA), devido às notícias veiculadas pela revista *Época*. Segundo a publicação, na agenda de Alexandre Paes dos Santos constam estratégias de como a rede de supermercados Carrefour, cliente da empresa de consultoria de Santos e citada pela comissão como provável revendedora de cargas roubadas, deveria agir em relação à CPI.



A comissão ouviu ontem o comerciante Carlos Roberto de Oliveira, acusado de intermediar a venda, no Distrito Federal, de mercadorias roubadas

Ao lado dessas anotações, segundo a reportagem, constava o nome do senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da CPI. A revista afirma ainda que na agenda do lobista há uma lista de deputados; ao lado de cada nome consta um número seguido da letra K. Hugo Braga, que tinha motorista particular pago pela empresa de Alexandre Paes dos Santos, foi convocado pela comissão para esclarecer que tipo de relações mantinha com o lobista.

TATICO

A CPI ouviu ontem o comerciante Carlos Roberto Gomes de Oliveira, conhecido como Raul. Ele

é acusado de intermediar a venda de mercadorias roubadas para empresas do Distrito Federal, inclusive para o Supermercado Tatico, do deputado distrital José Tatico (PSC).

Carlos Roberto afirmou ter feito uma única compra de 40 caixas de cigarro que haviam sido roubadas. Mas negou intermediar negociações com mercadorias roubadas. Ele disse que não conhece pessoalmente o deputado Tatico ou seus funcionários. Afirmando ainda que já teve um segundo Cadastro de Pessoa Física (CPF) e conta bancária aberta com documento falso.

Governo enviará ainda este ano projeto para Radiodifusão

O secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Juarez Martinho Quadros do Nascimento, assegurou ontem que o governo vai enviar ao Congresso, até o fim do ano, sua proposta para a nova Lei de Radiodifusão. A afirmação ocorreu durante a segunda audiência pública conjunta, realizada pela Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática e Comissão de Educação,



Estiveram no debate sobre a Lei de Radiodifusão jornalistas e representantes do governo

que debateu a futura Lei de Radiodifusão. Para o jornalista Alberto Dines, "está tudo errado nesse texto", referindo-se à proposta do ministério.

Dines afirmou que o texto do governo ignorou "os inúmeros projetos sobre o assunto que estão tramitando no Congresso". Ele considerou que o fato de a matéria haver recebido cerca de 1.500 emendas durante o período em que foi colocada para debate público é sintoma do quanto a sociedade gostaria de modificá-la.

As críticas do jornalista, que dirige o programa *Observatório da Imprensa*, na TVE, tiveram o apoio do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), autor do requerimento para realização da audiência, e dos seus colegas de partido Eduardo Suplicy (SP) e Emilia Fernandes (RS). Dines também apontou "a responsabilidade das oposições nesse

quadro desfavorável".

— É preciso dizer que mesmo as oposições temem mexer num sistema tão bem amarrado e sólido. Seus projetos de poder não contemplam qualquer alteração no *status quo* — disse.

Suplicy afirmou que as colocações do jornalista o deixaram surpreso. Em resposta, Dines citou episódio ocorrido há dois anos em que, segundo disse, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* se uniram com o propósito de destruir a *Gazeta Mercantil*.

— Provocado pelo nosso programa, já que a informação também é um produto consumido pela população, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) informou que só poderia interceder se fosse apresentada petição com a denúncia sobre a tentativa de formação de cartel. Ninguém da oposição se manifestou — afirmou o jornalista.

RAMEZ TEBET RECEBE MINISTRO DO PLANEJAMENTO

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, disse ontem, ao sair do gabinete do presidente do Senado, Ramez Tebet (*na foto ao lado*), que o governo não está disposto a abrir mão de "nem um centavo" de arrecadação, referindo-se ao Orçamento da União de 2002, em discussão no Congresso. Martus não revelou o teor da conversa com o senador e definiu o encontro como "visita de cortesia".



Segundo o ministro, o governo não concorda com a estimativa de inflação de 8% usada pelos que defendem reajuste para o salário mínimo maior que o proposto pelo governo. Martus disse ainda que o volume de emendas dos parlamentares ao orçamento demonstra "um desejo de expandir a despesa", o que é "inadmissível para o Executivo". O governo também não concorda, disse, com as propostas de revisão da tabela do Imposto de Renda.

— Foram apresentadas emendas no valor de R\$ 38 bilhões, e ao mesmo tempo se quer discutir um projeto que diminui a arrecadação. A discussão sobre a tabela deveria ser neutra, sem impactar a receita negativamente — afirmou.

Jonas Pinheiro detalha acordo com produtor rural

O pagamento das dívidas de até R\$ 200 mil em junho de 1995 será alongado por mais 25 anos, segundo o senador, e sobre o valor total incidirão juros de 3% ao ano. Liquidação antecipada garantirá desconto de no mínimo 35%

Viana denuncia negligência de hospital do DF

O senador Tião Viana (PT-AC) denunciou ontem "a indiferença" do diretor do Hospital de Base do Distrito Federal, Aluísio Toscano Franca, com a situação de um paciente, Elson Lima Farias, vítima de lesão no quadril, que está há 120 dias em Brasília e ainda não conseguiu receber implante de prótese.

— Recomendo ao diretor do hospital que rasgue o seu diploma e ingresse no primeiro ano de um curso de Medicina, começando pela disciplina Ética Médica, para ver se ele consegue uma formação com componente humanitário, ética e moralmente aceitável pela sociedade — disse. Preocupado com "a prática inaceitável" por parte do dirigente hospitalar e receando que a situação se repita em outras instituições, o senador definiu a conduta do diretor do Hospital de Base como "descaso absoluto, indiferença com sentimentos de solidariedade humana e transgressão do Código de Ética Médica, além de violação das funções administrativas do serviço público".

Tião Viana relatou que Elson Lima Farias "é um paciente humilde", oriundo da Amazônia Ocidental, que, necessitando de implante de prótese, "encontrou completo abandono dentro da estrutura do Hospital de Base". Ele informou que, sofrendo risco de vida, o paciente vem enfrentando indiferença e constrangimento psicológico por parte da administração do hospital.

O senador informou que apoiará eventual iniciativa da família de Elson Lima Farias de levar o caso à Justiça.

Ao informar ao Plenário os principais pontos do acordo, entre o setor agrícola e o governo, de renegociação das dívidas rurais, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) destacou que as dívidas fixadas em até R\$ 200 mil, em 20 de junho de 1995, terão o pagamento alongado por mais 25 anos, com a primeira parcela vencendo em 30 de novembro deste ano. Os juros cobrados serão de 3% ao ano, mais a equivalência do produto.

Representante do Senado na reunião com o governo, Jonas Pinheiro explicou que o acréscimo referente à equivalência do produto somente será cobrado nos pagamentos efetuados após o

vencimento. Medida provisória (MP) com os pontos negociados, disse, será editada.

— A MP também contemplará desconto para liquidação ante-



Segundo Jonas Pinheiro, que representou o Senado nas negociações com o governo, será editada medida provisória com o acordo

cipada da dívida de, no mínimo, 35%. Este percentual poderá ser revisto pelo Ministério da Fazenda e ser elevado. A data da regularização das parcelas de 1999 e 2000 vencidas e não pagas será ampliada para 30 de novembro de 2001.

Outras mudanças anunciadas referem-se às regras do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), criado para renegociar dívidas superiores a R\$ 200 mil em 20 de junho de 1995. Ele adi-

antou que haverá prorrogação da data para que os produtores rurais que não securitizaram ainda suas dívidas o façam até 30 de junho próximo. O prazo anterior era 28 de dezembro deste ano.

Marina quer comissão para terra indígena

A senadora Marina Silva (PT-AC) fez ontem apelo para que o Congresso e o Ministério da Justiça atuem na busca de solução para os conflitos nas terras indígenas, especialmente em Mato Grosso do Sul e na Bahia. A senadora propôs que o Senado crie comissão para tratar do assunto.

Marina relatou que foi procurada pelos povos indígenas guarani e kaiowá da região de Dourados (MS), que vieram a Brasília falar com o governo. No dia 16 eles foram expulsos pela polícia da fazenda Brasília, onde viviam havia dois anos de comum

acordo com o proprietário.

A ação policial ocorreu em cumprimento a duas ordens de despejo, que, segundo a senadora, ignoraram o fato de os índios estarem aguardando já há dois anos que a Funai publique relatório de delimitação da terra. Marina Silva disse existir comprovação de que as terras pertenciam aos índios até 1953, quando foi invadida por fazendeiros.

A mesma situação, observou, é dos pataxós hã-hã-hãe, na Bahia, que também estão decididos a permanecer em suas terras. Segundo disse, os índios reivindicam o deslocamento da



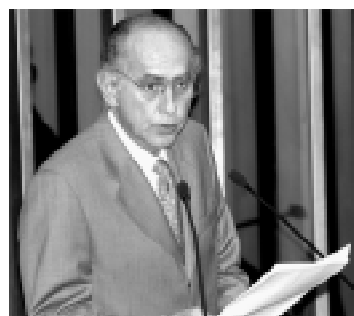
Marina Silva relatou os conflitos em área dos guarani, kaiowá e pataxó hã-hã-hãe

Polícia Federal para as regiões em conflito, que evitaria mais violência, a retomada da identificação das terras indígenas e o início de negociações.

Mauro ressalta ações contra a violência

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu ontem iniciativas patrocinadas pela sociedade que visam aumentar a segurança nas grandes cidades. Ele conclamou os poderes Executivo e Legislativo a assumir a responsabilidade do problema de falta de segurança pública, mas sustentou que, enquanto não for aprovada legislação adequada sobre o assunto, devem ser prestigiadas iniciativas particulares, como o serviço de vigilância em motocicletas, na cidade de Goiânia (GO).

Segundo relatou, grupos de jovens trabalhadores e alguns policiais atuando nas horas de folga estão se organizando na capital e em municípios da Grande Goiânia



Mauro Miranda relatou experiência de jovens trabalhadores na área de segurança

para prestar à população serviço de vigilância de imóveis. Além disso, garantem o transporte, em motocicletas, a moradores que precisam passar em ruas desertas durante horários perigosos. "A iniciativa já é um absoluto suces-

so" em bairros goianienses e municípios da região, disse.

— A credibilidade é tamanha que até mesmo os policiais confiam a segurança de suas famílias e de seus imóveis aos associados do sindicato — afirmou. O senador fez apelo para que regulamentem a atividade, tirando esses profissionais da informalidade.

Mauro afirmou que o Legislativo também precisa aprovar as emendas constitucionais sobre o tema apresentadas pelo Executivo, que estão sendo discutidas na Câmara dos Deputados há anos.

— A demora se deve às pressões corporativas de policiais, peritos, advogados criminalistas e até bombeiros.



Valadares relatou situação dos funcionários, sem trabalho após a extinção da Petromisa

Valadares defende ex-empregados da Petromisa

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) fez ontem apelo ao presidente Fernando Henrique e ao ministro de Minas e Energia, José Jorge, para que os cerca de 300 servidores demitidos pela Petromisa (Petrobrás Mineração S.A.), extinta em 1990, sejam contratados pela Petrobras, empresa da qual era subsidiária.

Em 1994, decisão judicial assegurou aos trabalhadores o direito de retornar ao emprego. No entanto, disse Valadares, a Petrobras não aproveitou nenhum servidor da Petromisa. Segundo Valadares, o patrimônio da empresa extinta e o vínculo com os funcionários, com o fim da subsidiária, passaram a ser de responsabilidade da Petrobras.

O senador comentou "a humilhação a que os servidores da Petromisa estão sendo submetidos". Valadares afirmou que um terço dos funcionários recebe remuneração sem ter sequer a possibilidade de entrar nas instalações da Petrobras. Em vários momentos, relatou, os servidores da Petromisa se reuniram no pátio da Petrobras para reivindicar trabalho.

O aproveitamento dos funcionários da Petromisa, disse, evitaria a terceirização dos serviços da estatal e, a curto prazo, a realização de concurso para a contratação de funcionários.

RIO SÃO FRANCISCO

Valadares também lamentou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tenha adiado a apreciação de proposta de emenda à Constituição, de sua autoria, que destina 0,5% da receita líquida da União para a revitalização do Rio São Francisco.

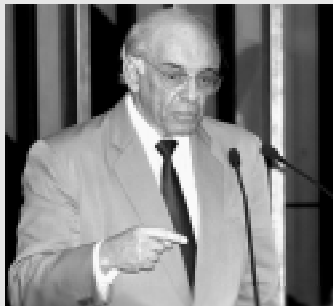
Discurso de Fernando Henrique repercute no Senado

O pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso na Assembléia Nacional francesa, feito na terça-feira, repercutiu ontem no Plenário do Senado, merecendo aplausos de Artur da Távola, Francelino Pereira e Hugo Napoleão, e críticas de José Eduardo Dutra, em nome do Bloco Oposição. Para Távola, Fernando Henrique “é um magistrado internacional, cujo valor o país precisa

reconhecer”. Hugo Napoleão observou que o presidente foi o primeiro chefe de Estado latino-americano a falar na Assembléia francesa. José Eduardo Dutra afirmou que o discurso de Fernando Henrique contradiz a política que ele pratica no Brasil, e guarda semelhanças com recentes declarações de Lula na França, criticadas por integrantes do governo brasileiro.

Artur da Távola: presidente honrou o nome do Brasil

O discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na Assembléia Nacional francesa demonstrou a competência e capacidade do chefe do Executivo de representar o país, avaliou ontem o líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ). Para ele, o discurso tem mais importância “quando tantas aventuras eleitorais se aproximam para o próximo ano”. O senador procurou situar o discurso do presidente no panorama político-eleitoral brasileiro.



Távola: poucos presidentes foram convidados a falar na Assembléia Nacional francesa

– Que candidato, que político tem condição de ocupar o espaço internacional com essa inteireza, com esse nível cultural, com essa capacidade de falar ao mundo? – questionou o senador.

Artur da Távola lembrou o fato de que poucos presidentes de outros países foram convidados a falar na Assembléia francesa. Na opinião do líder, Fernando Henrique fez nesse fórum um discurso de repercussão nacional e internacional.

Na avaliação do senador, o presidente condenou o protecionismo exagerado que impede os países em desenvolvi-

mento de expandir o seu comércio externo e abordou de modo inflexível a questão da paz como indispensável a uma nova ordem social. Além disso, sustentou Artur da Távola, o presidente defendeu a criação de um Estado palestino.

– O Brasil está diante de um magistrado internacional, cujo valor o país precisa reconhecer. Na Assembléia Nacional francesa, aplaudido de pé, Fernando Henrique Cardoso honrou o nome do Brasil – disse o senador, que pediu a transcrição do discurso presidencial nos Anais do Senado. Em aparte, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que o discurso do presidente emocionou por sua beleza e sinceridade.

Para Dutra, afirmações contradizem a prática

Em nome do Bloco Oposição, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que o discurso do presidente Fernando Henrique na Assembléia Nacional da França criticando os Estados Unidos contradiz a política que ele pratica no Brasil. O senador citou o presidente afirmando que, “se acreditarmos de fato no livre comércio, cabe ao Mercosul e à União Européia a adoção de medidas efetivas contra o protecionismo” e que o preço não deveria ser pago somente pela França. De acordo com o senador, as declarações não diferem em muito do que Luiz Inácio Lula da Silva havia dito sobre o

protecionismo em sua visita à França e que foi criticado por integrantes do governo.

Dutra acrescentou que o presidente foi elogiado, inclusive, pela esquerda francesa, mas deve ter passado por algum constrangimento quando um deputado cometeu uma gafe ao atribuir a ele a iniciativa de promover o Fórum Social Mundial, que ocorreu em Porto Alegre.

Para o senador, o comportamento de Fernando Henrique o faz lembrar-se de uma charge de Henfil quando o presidente João Figueiredo discursou na ONU defendendo a democracia. Na char-



Dutra afirma que declarações não diferem muito das que foram feitas por Lula

ge, enquanto Figueiredo fazia o discurso, um “outro” Figueiredo o viajava da platéia.

Hugo Napoleão destaca crítica equilibrada

Na qualidade de líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI) rebateu críticas da oposição ao discurso pronunciado pelo presidente Fernando Henrique na França. O senador afirmou que o discurso do presidente “foi o de um estadista, para representar todo o povo brasileiro, tendo sido definido por intelectuais da esquerda francesa como um pronunciamento de esquerda”.

Hugo Napoleão lembrou que não é todo dia que um governante estrangeiro fala na Assembléia Nacional francesa, acrescentando que o presidente Fernando Henrique foi o primeiro chefe de



Hugo Napoleão: Fernando Henrique despertou admiração de líderes da esquerda

Estado latino-americano distinguido com essa honraria.

– Ele fez um pronunciamento equilibrado, referindo-se ao bom entendimento entre as cancelari-

as francesa e brasileira, sem deixar de criticar os subsídios à agricultura da União Européia e dos Estados Unidos que prejudicam os nossos interesses – disse.

Hugo Napoleão afirmou que o presidente discursou como um humanista, um homem de letras e artes, e despertou admiração de líderes da esquerda francesa como o sociólogo Alain Touraine e o deputado Robert Hue.

O senador considerou relevante a condenação, pelo presidente, do terrorismo, e a defesa de uma nova ordem mundial que reflita relações livres entre nações soberanas.

Maldaner defende o entendimento entre Brasil e Argentina

Ao analisar o estremecimento nas relações entre o Brasil e a Argentina depois das críticas do ministro da Economia daquele país, Domingo Cavallo, ao sistema cambial brasileiro, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a busca do entendimento através do diálogo para que os dois países possam resolver suas diferenças. Ele também estimulou o debate do assunto pe-

las representações argentina e brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

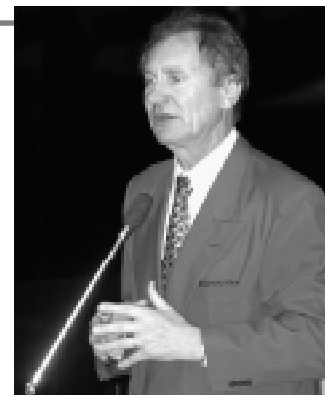
Na opinião de Maldaner, o presidente Fernando Henrique deve orientar o Itamaraty e os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a buscar o entendimento com os argentinos. Ele também sugeriu que o presidente determine ao embaixador Botafogo

Gonçalves a retomada das negociações sobre o futuro do Mercosul com diplomatas argentinos, suspensas desde as declarações de Cavallo.

– Quando governador de Santa Catarina, sempre que enfrentava uma greve, eu costumava dizer, diante do problema, que é melhor duas horas de diálogo do que cinco minutos de tiroteio. Esse pensamento também serve para o

problema Brasil e Argentina. Não adianta nada os dois países ficarem se digladiando, pois isso vai resultar em perdas para ambos.

Diversos setores da economia brasileira, segundo Maldaner, já começam a sentir os efeitos dos problemas na relação entre Brasil e Argentina. Ele alertou para a possibilidade de a situação piorar, pois muitos negócios podem ser interrompidos.



Casildo Maldaner prega retomada das negociações sobre o futuro do Mercosul